

Audiência Pública da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF **1º Quadrimestre 2018**

Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000



PUBLICAÇÕES LEGAIS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2º Bimestre de 2018
- Portaria Nº 168/GABS/SEF/SC, de 28/05/2018. DOE nº 20.780,
de 30/05/2018.

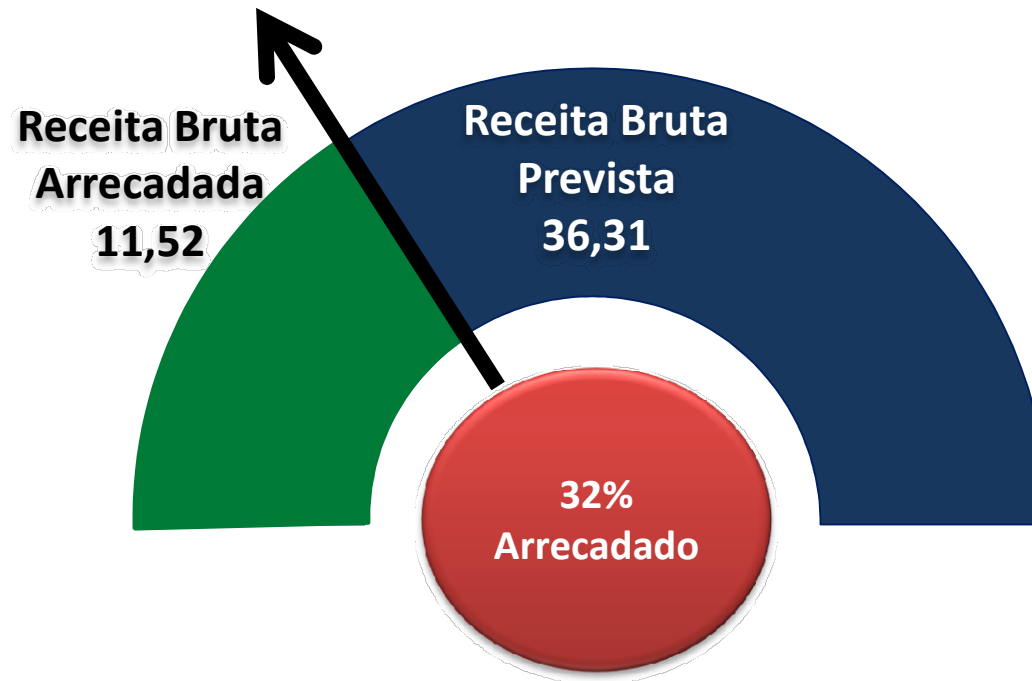
**Relatório de Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre de 2018 – Poder
Executivo**
- Ato nº 1.296, de 29/05/2018. DOE nº 20.780, de 30/05/2018.

www.transparencia.sc.gov.br

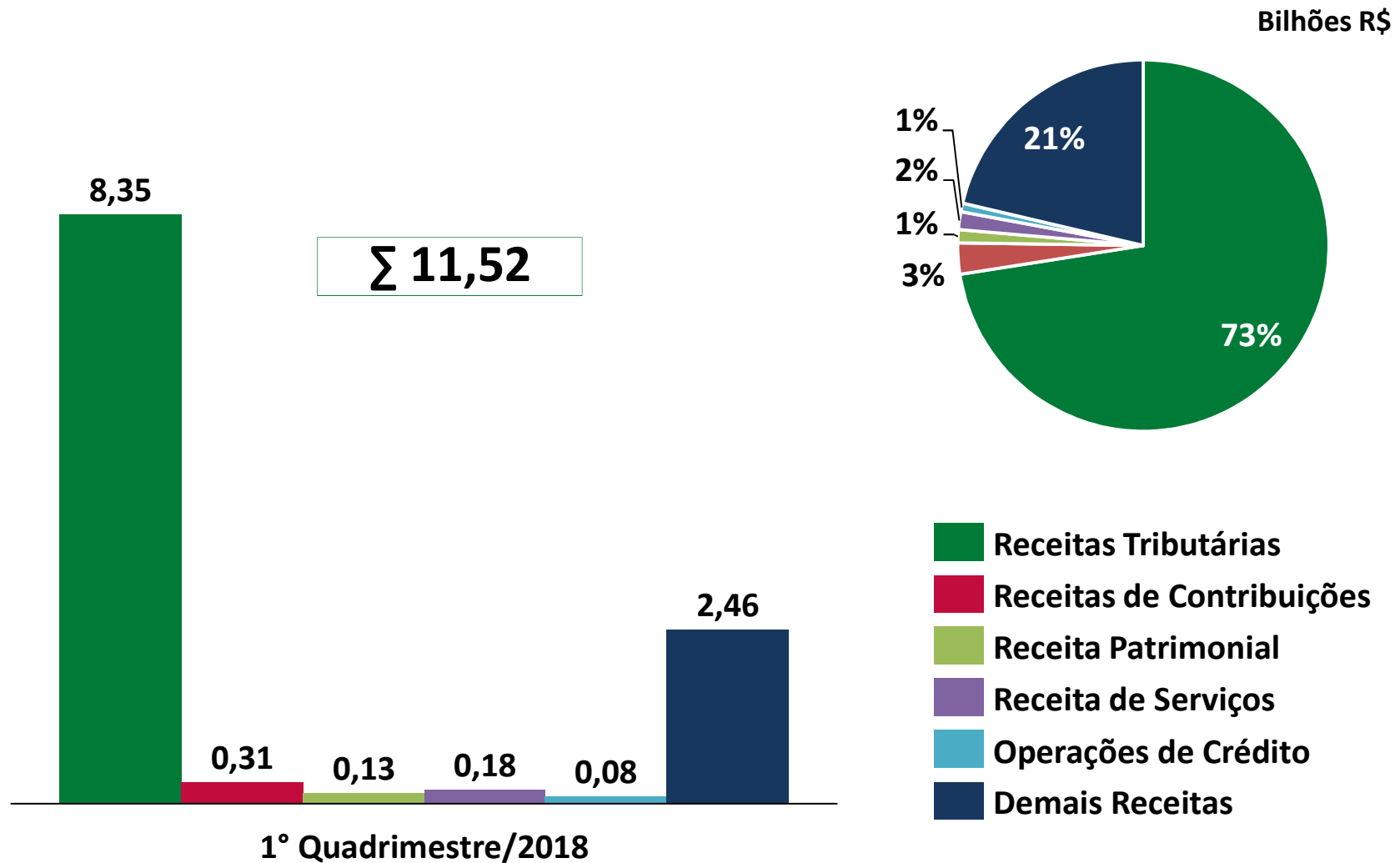
ORÇAMENTO DE RECEITAS 2018

Bilhões R\$

1º Quadrimestre/2018

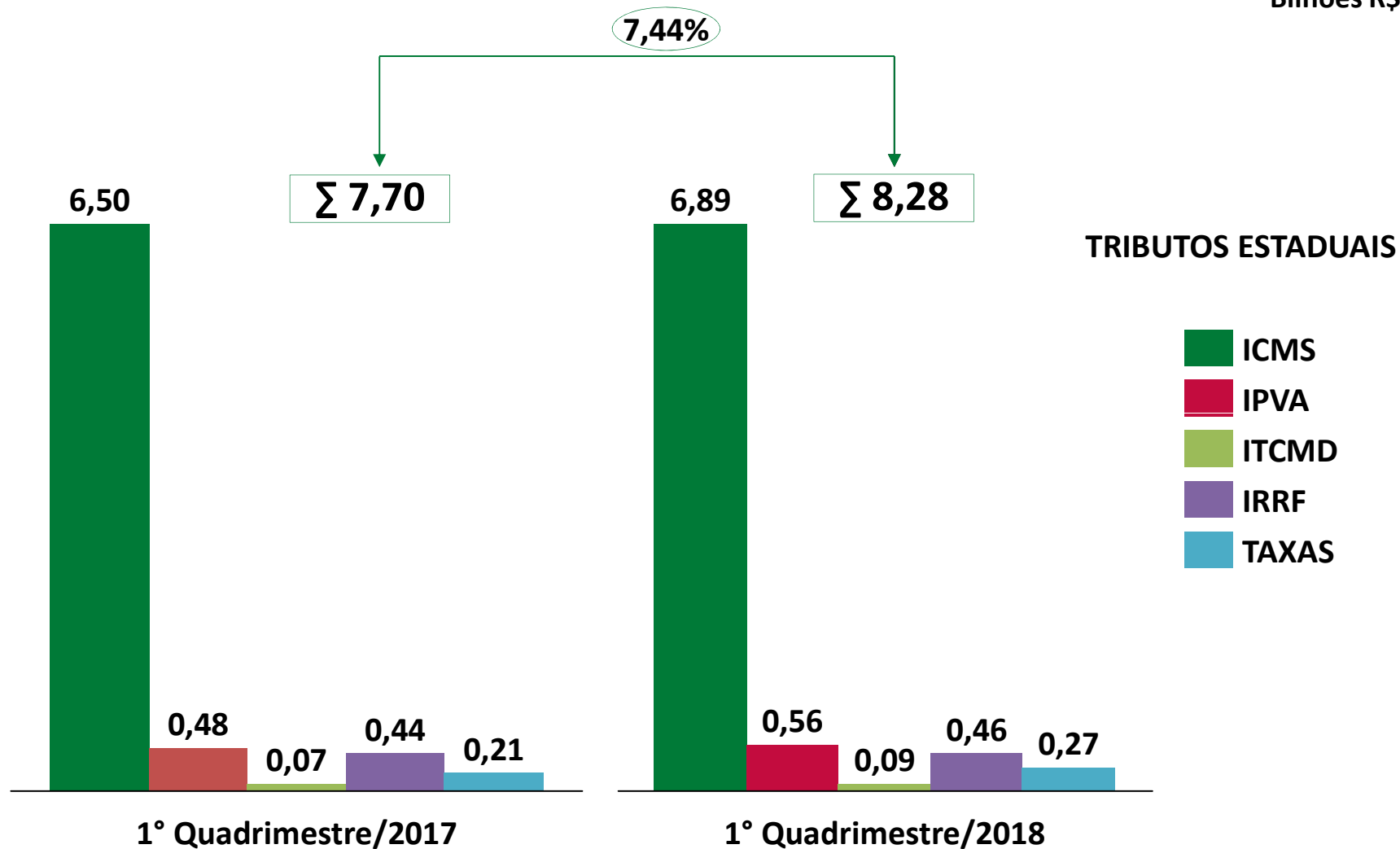


ARRECADAÇÃO BRUTA TOTAL



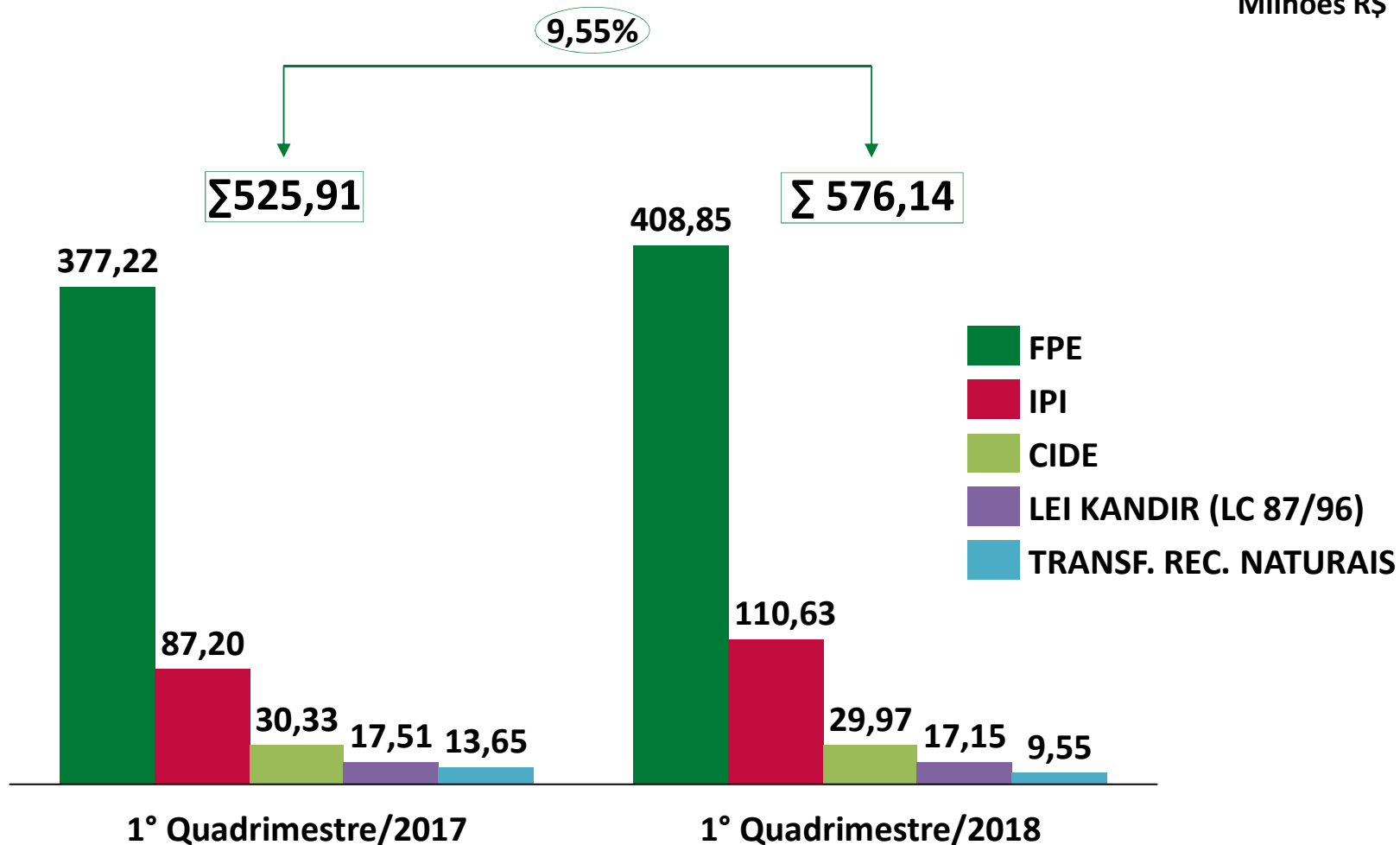
ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

Bilhões R\$



REPASSES DO GOVERNO FEDERAL

Milhões R\$

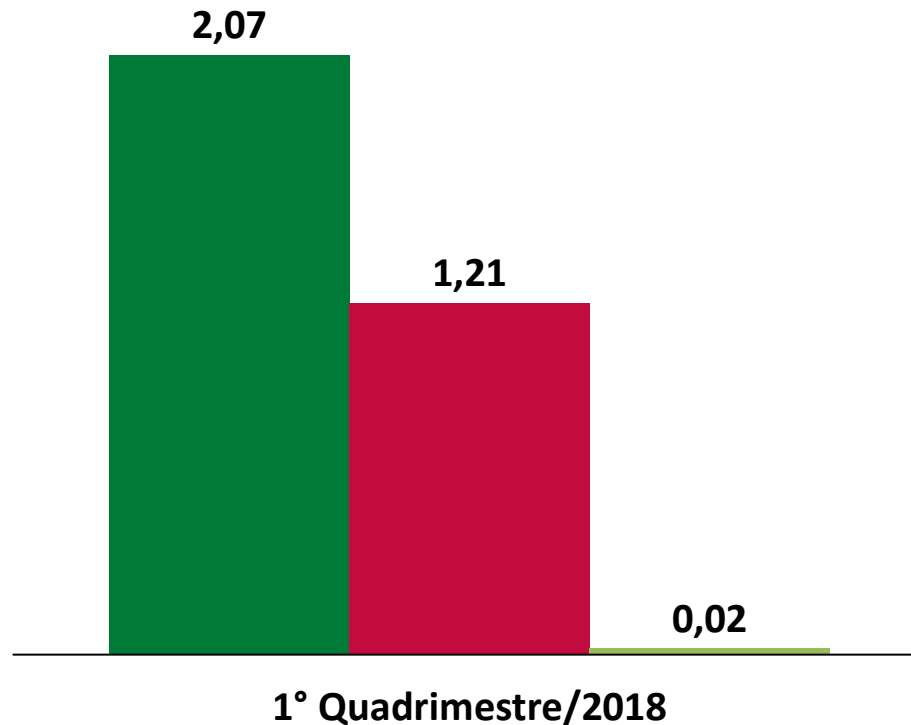


*Principais Transferências

* FEP/CFM/CFH

DEDUÇÕES DA RECEITA

Bilhões R\$



- Transferências ao Municípios
- Transferências ao FUNDEB
- Restituições e Outras Deduções

RECEITA BRUTA

Σ 11,52

DEDUÇÕES

Σ 3,30

=

RECEITA LÍQUIDA

Σ 8,22

CONCEITOS DA RECEITA

Bilhões R\$

1º Quadrimestre/2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

Σ 7,25

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - RLI

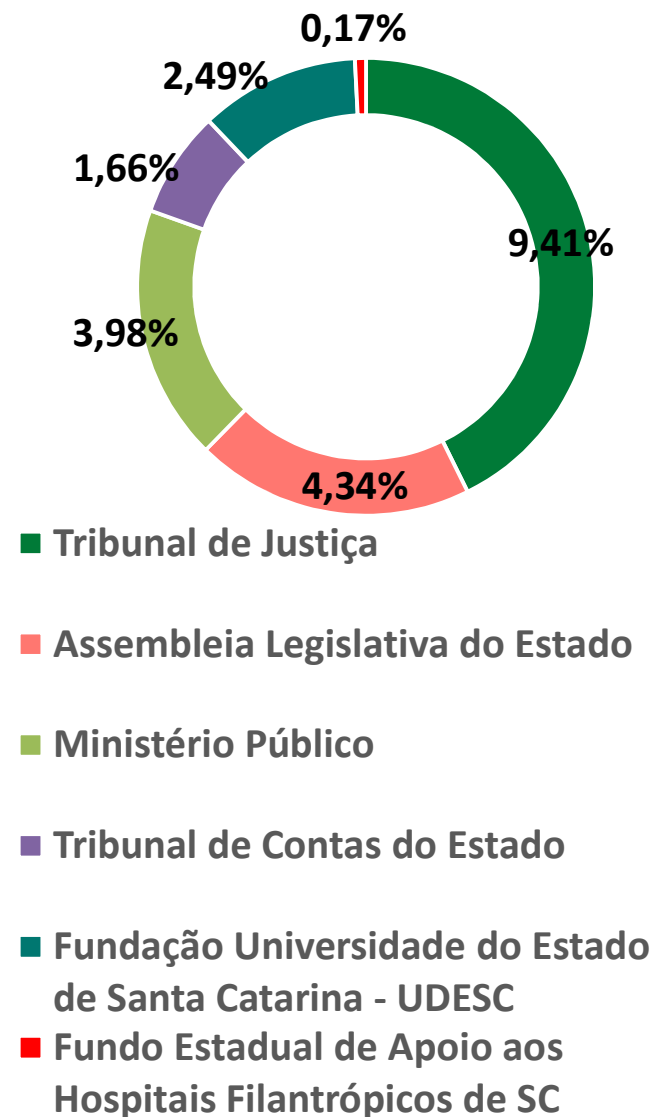
Σ 6,48

RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL - RLD

Σ 5,29

REPASSES OBRIGATÓRIOS

Órgão/Entidade	% RLD	R\$ Milhões
		Jan-Abr/18
Tribunal de Justiça	9,41%	497,86
Assembleia Legislativa do Estado	4,34%	229,62
Ministério Público	3,98%	210,57
Tribunal de Contas do Estado	1,66%	87,83
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	2,49%	131,74
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de SC	0,17%	8,99
Total	22,05%	1.166,60



*Receita Líquida Disponível

ORÇAMENTO DE DESPESAS 2018

Bilhões R\$

Dotação Inicial
26,43

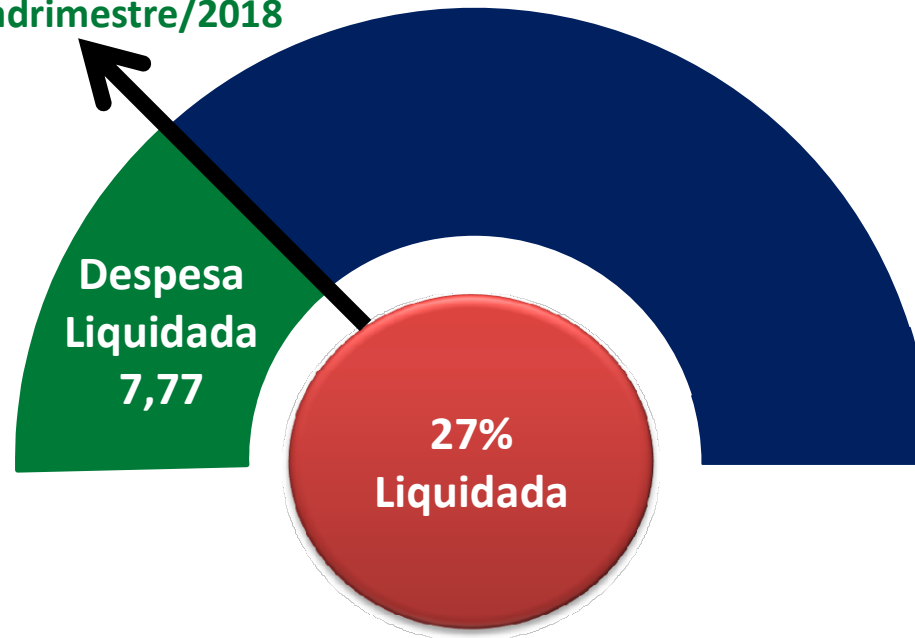
+

Créditos
Adicionais
2,82

=

Despesa
Autorizada
29,25

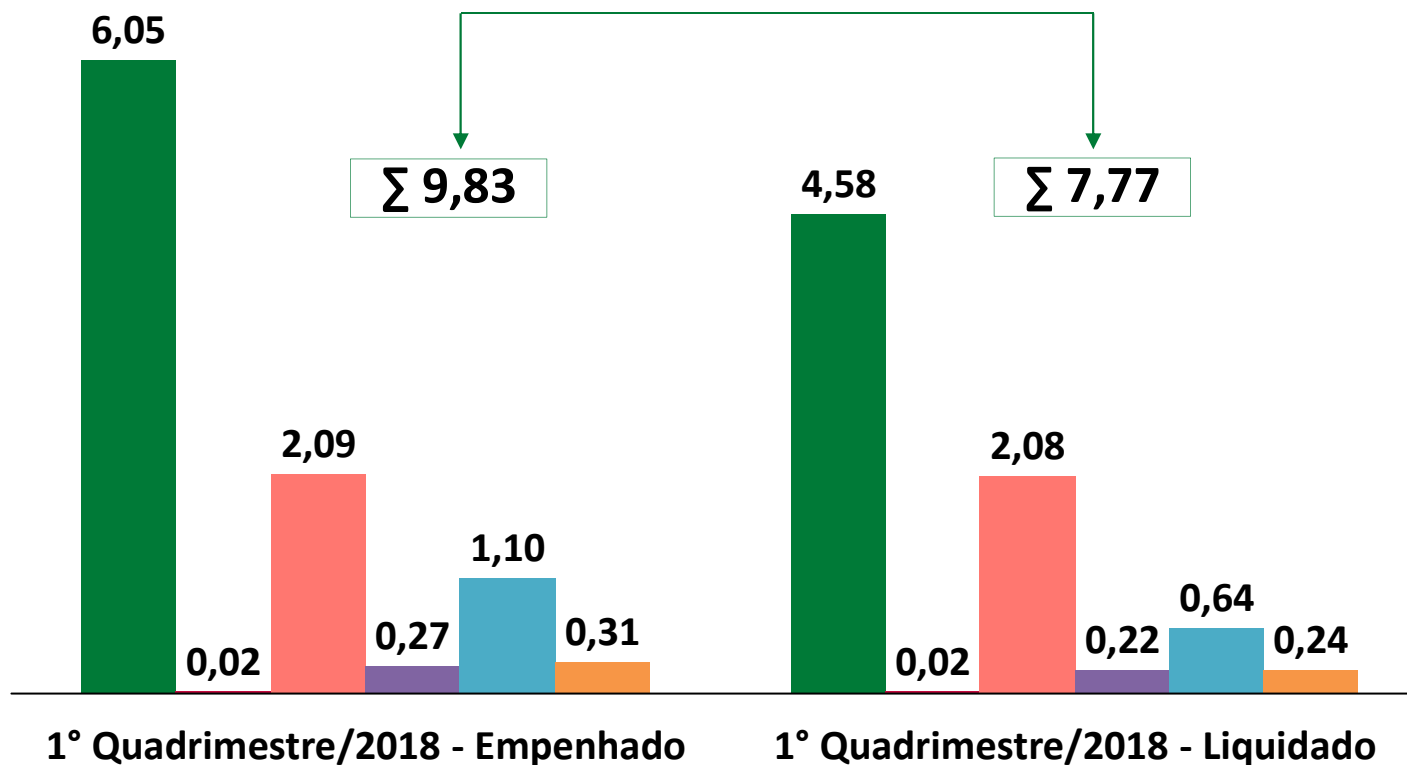
1º Quadrimestre/2018



Despesa
Empenhada
9,83

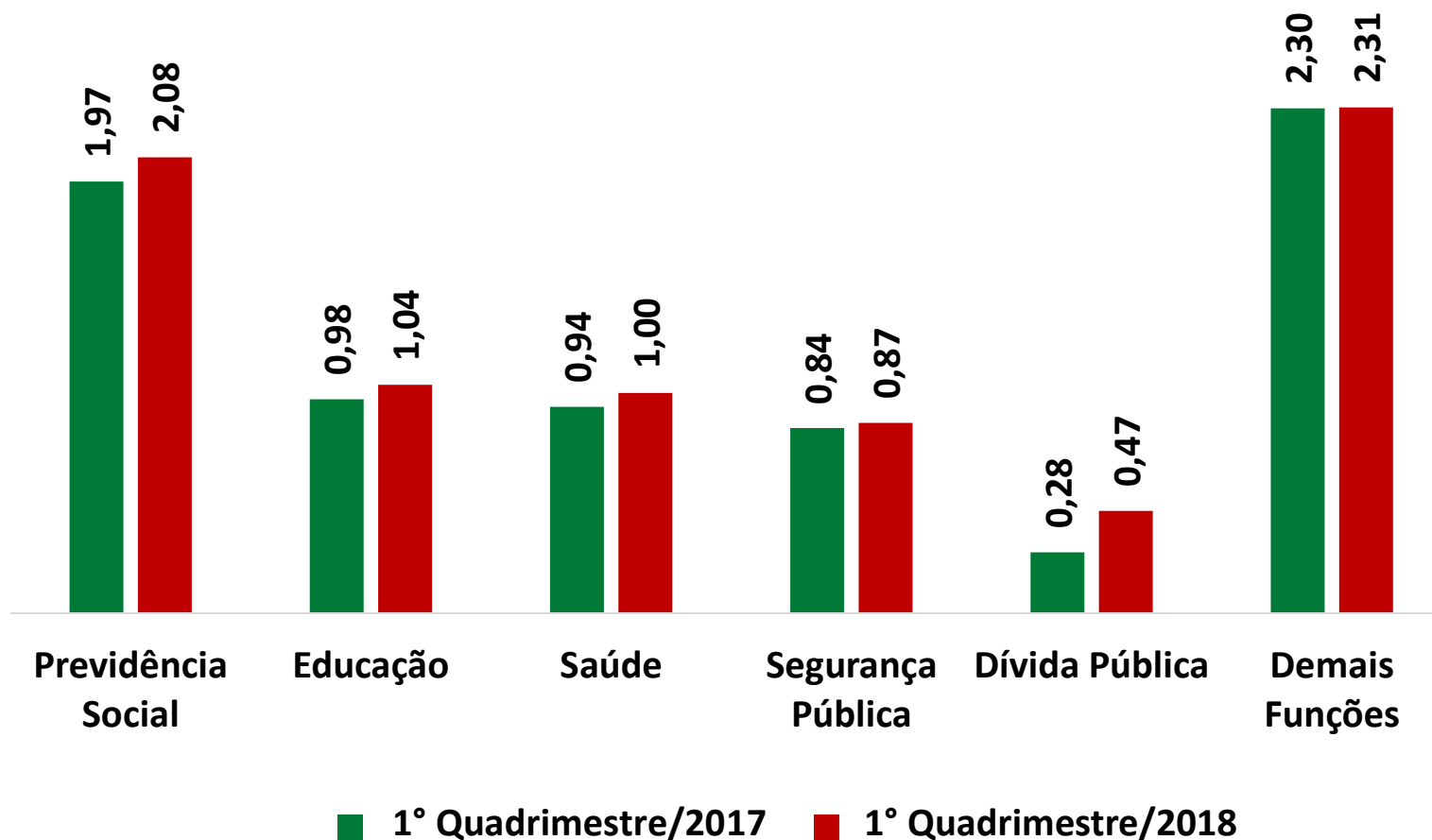
DESPESAS POR PODERES E ÓRGÃOS

Bilhões R\$



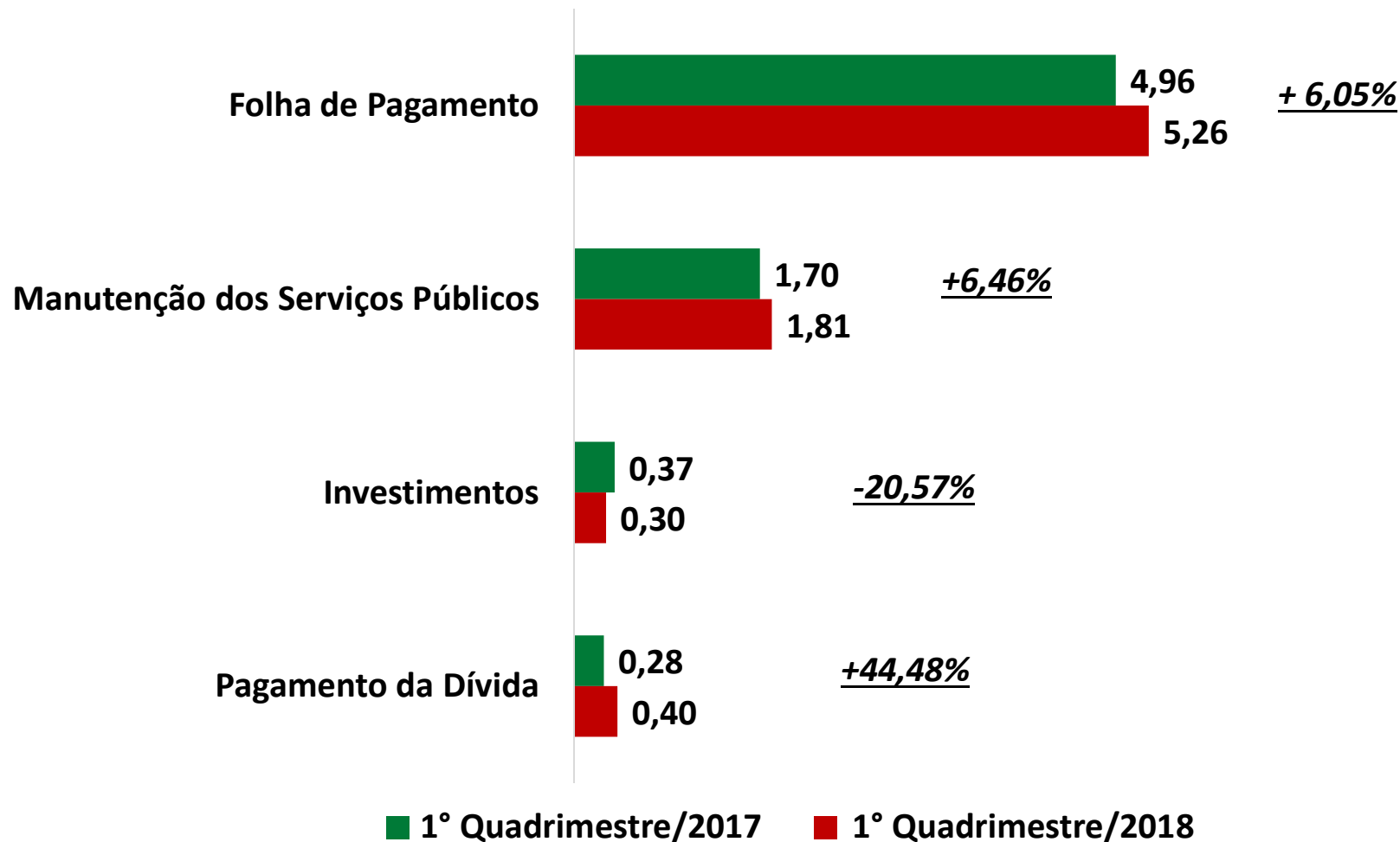
DESPESAS EXECUTADAS POR ÁREA

Bilhões R\$



DESPESAS EXECUTADAS POR GRUPO

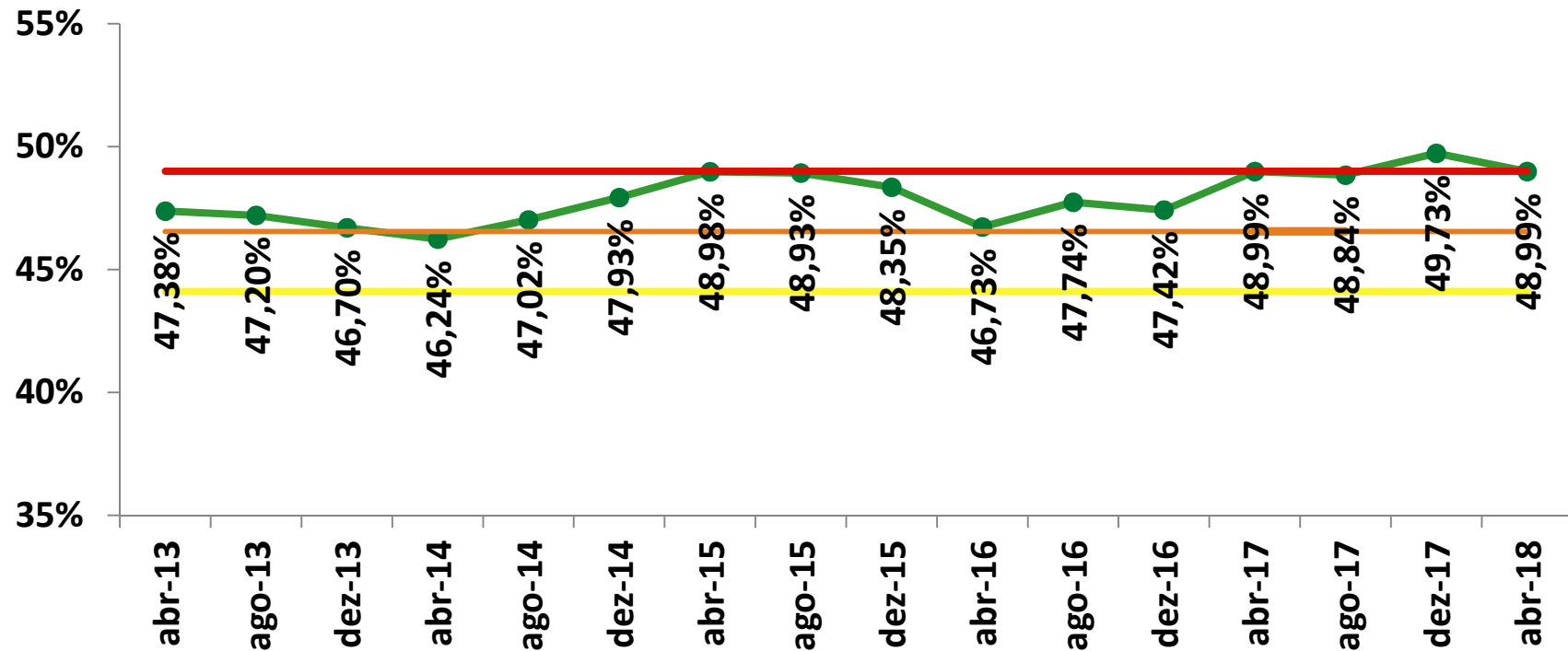
Bilhões R\$



* Investimentos incluem as Inversões Financeiras.

GASTO COM PESSOAL LRF

● Poder Executivo - % do gasto com pessoal — Limite Máximo Legal - 49,00%
— Limite Prudencial - 46,55% — Limite de Alerta - 44,10%



LIMITE LEGAL

Não foram consideradas nas despesas com pessoal:

- *despesas com verbas indenizatórias, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público, art. 18 LRF;*
- *despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho e decorrente da rescisão de contrato de trabalho temporário, para o Magistério Público Estadual, conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso 1º, LRF;*
- *pagamentos aos jovens aprendizes;*
- *despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em virtude de sua autonomia orçamentária e financeira;*
- *despesas com Jetons, pagos aos integrantes de conselhos estaduais, caracterizados juridicamente como verba indenizatória, conforme Parecer COJUR/SEF nº 231/2017 e 97/2018;*
- *despesas com abono constitucional de férias, caracterizadas juridicamente como verbas indenizatórias, conforme Parecer COJUR/SEF nº 250/2018 e da Procuradoria Geral do Estado nº PAR 170/18-PGE;*
- *despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS;*
- *valores referentes a contratos com Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público contratadas pelo Poder Executivo, em virtude dessas despesas não possuírem, juridicamente, características de despesa com pessoal, conforme Parecer COJUR/SEF nº 274/2018 e Parecer PAR 180/18-PGE;*

LIMITE PRUDENCIAL

*Enquanto a despesa total com pessoal estiver **acima do limite prudencial (46,55% da RCL)**, são **vedados** ao Poder Executivo, conforme o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000:*

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

LIMITE LEGAL

Caso a despesa total de pessoal ultrapasse o limite legal (49% da RCL), o Estado deverá adotar as medidas estabelecidas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal:

*§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **adotarão as seguintes providências:***

*I - **redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;***

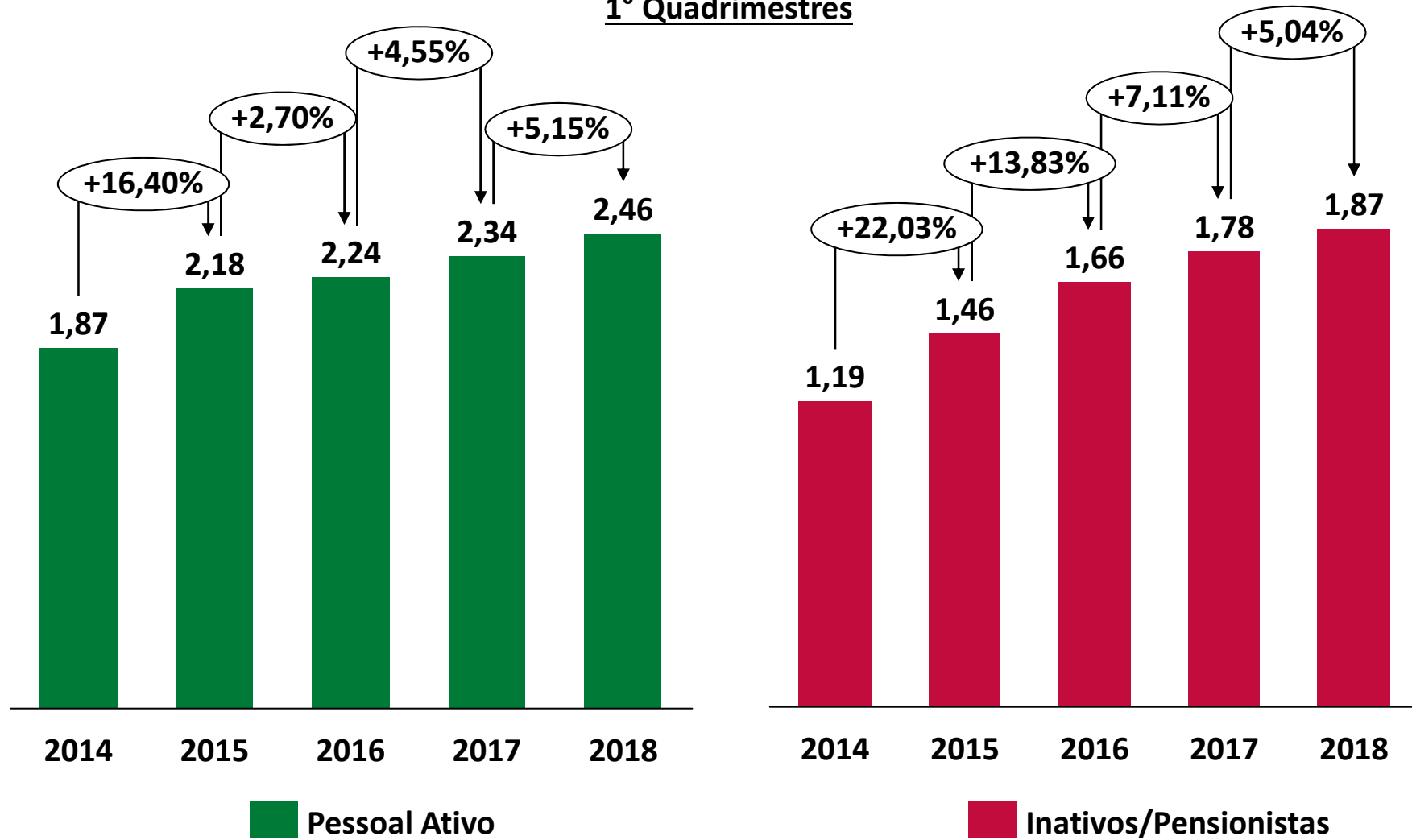
II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

FOLHA DE PAGAMENTO - EXECUTIVO

Bilhões R\$

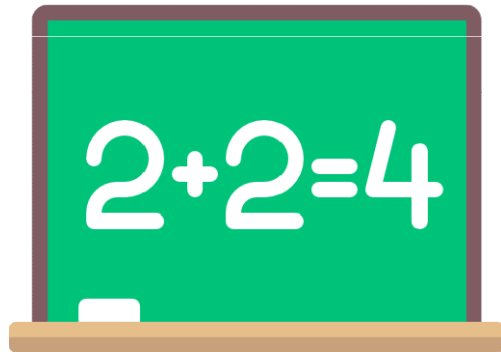
1º Quadrimestres



MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS

Da **Receita Líquida de Impostos (RLI)** o Estado deve repassar até o final do exercício:

25% para a Educação

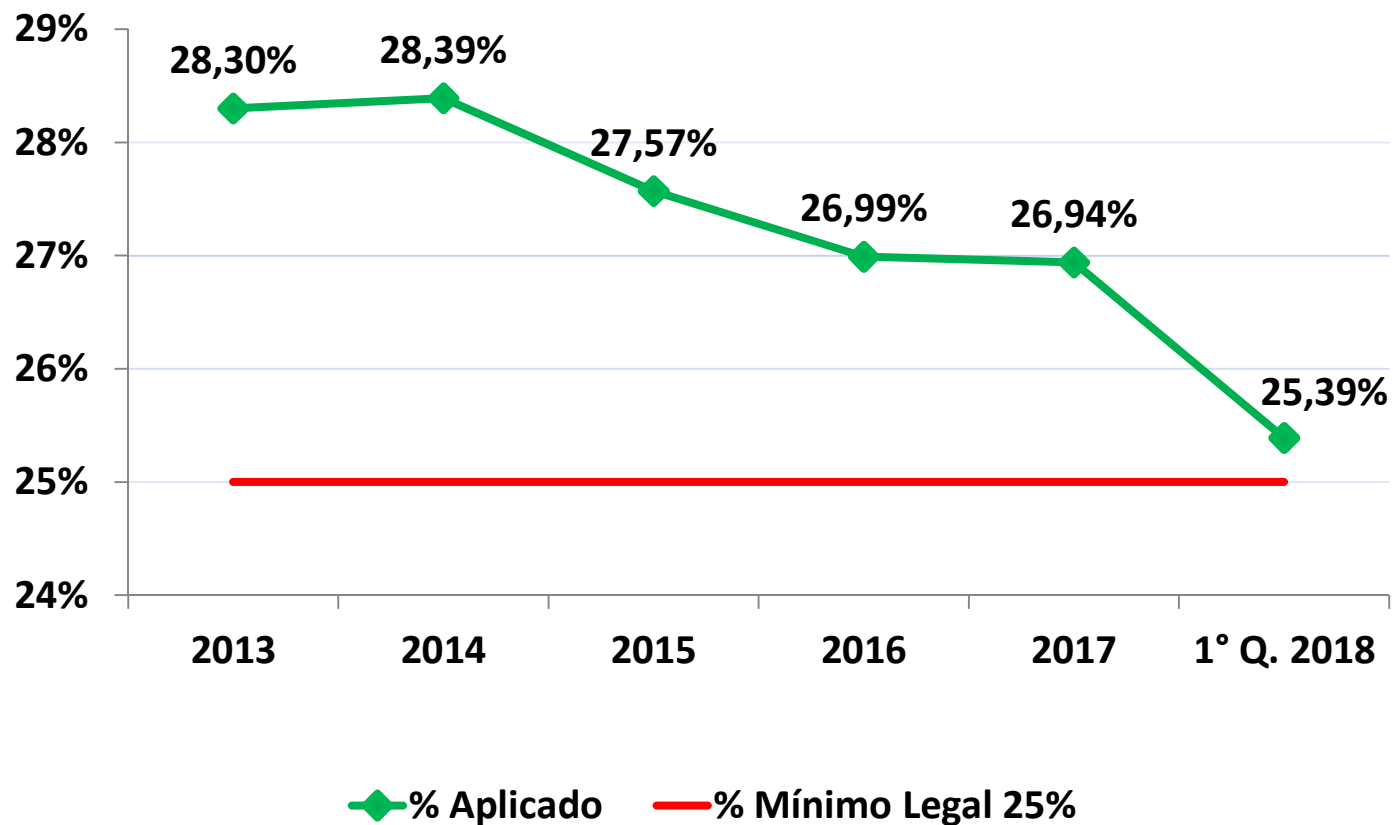
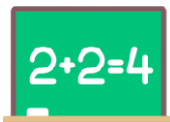


14% para a Saúde*
chegará a 15% em 2019



*Constituição Estadual

APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

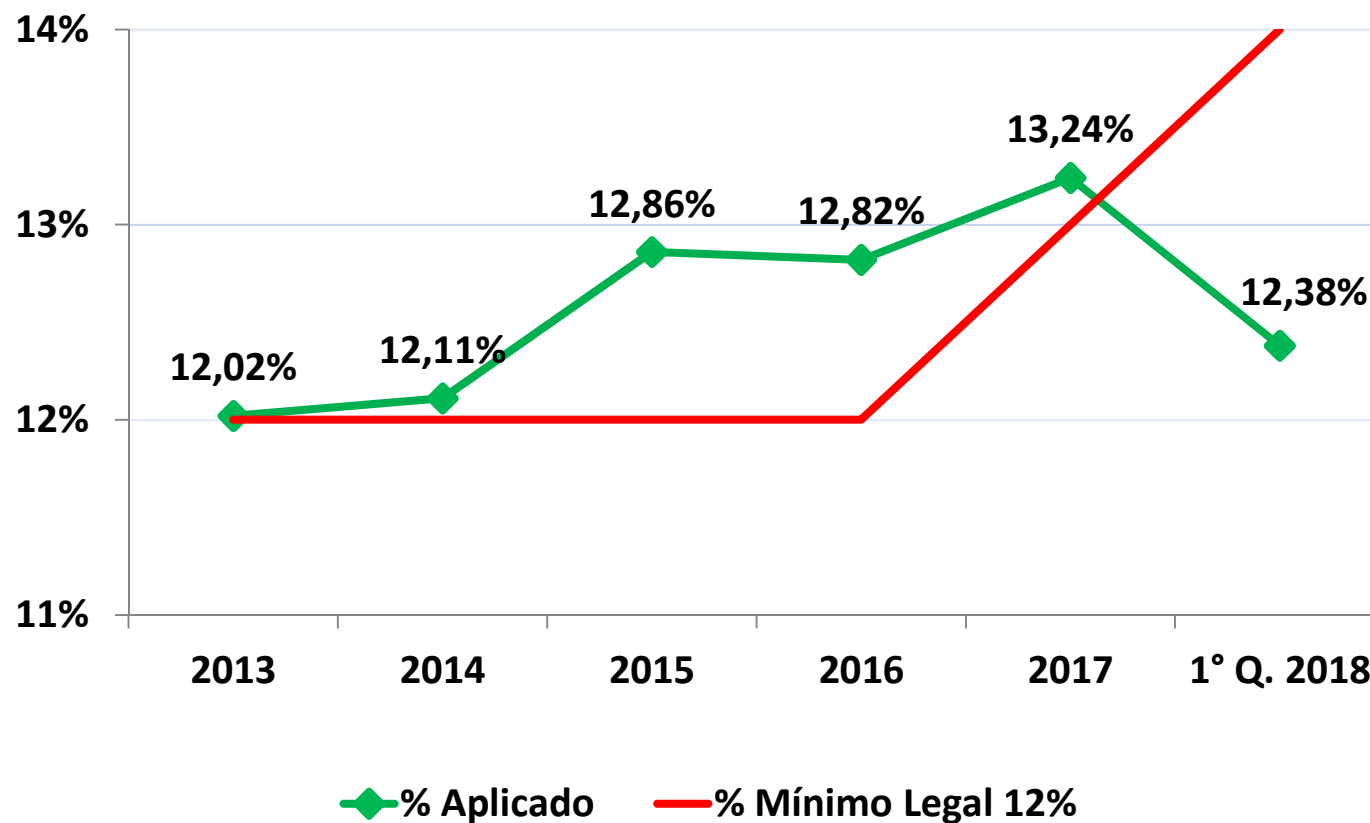


APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Milhões R\$

	2013	2014	2015	2016	2017	1° Q./2018
Receita Líquida de Impostos	13.533	15.217	15.881	17.042	18.474	6.508
Valor mínimo a aplicar em Educação	3.383	3.804	3.970	4.261	4.619	1.627
Total das despesas consideradas no mínimo constitucional (com inativos)	3.829	4.320	4.379	4.600	4.976	1.652
Gastos com inativos considerado no mínimo constitucional	731	782	710	698	780	241
% Mínimo constitucional aplicado (com inativos)	28,30%	28,39%	27,57%	26,99%	26,94%	25,39%
% Mínimo constitucional (sem inativos)	22,89%	23,25%	23,10%	22,89%	22,71%	21,68%
Valores a aplicar para cumprir o Mínimo Constitucional (sem inativos)	285	266	302	359	423	216

APLICAÇÃO EM SAÚDE - % RLI

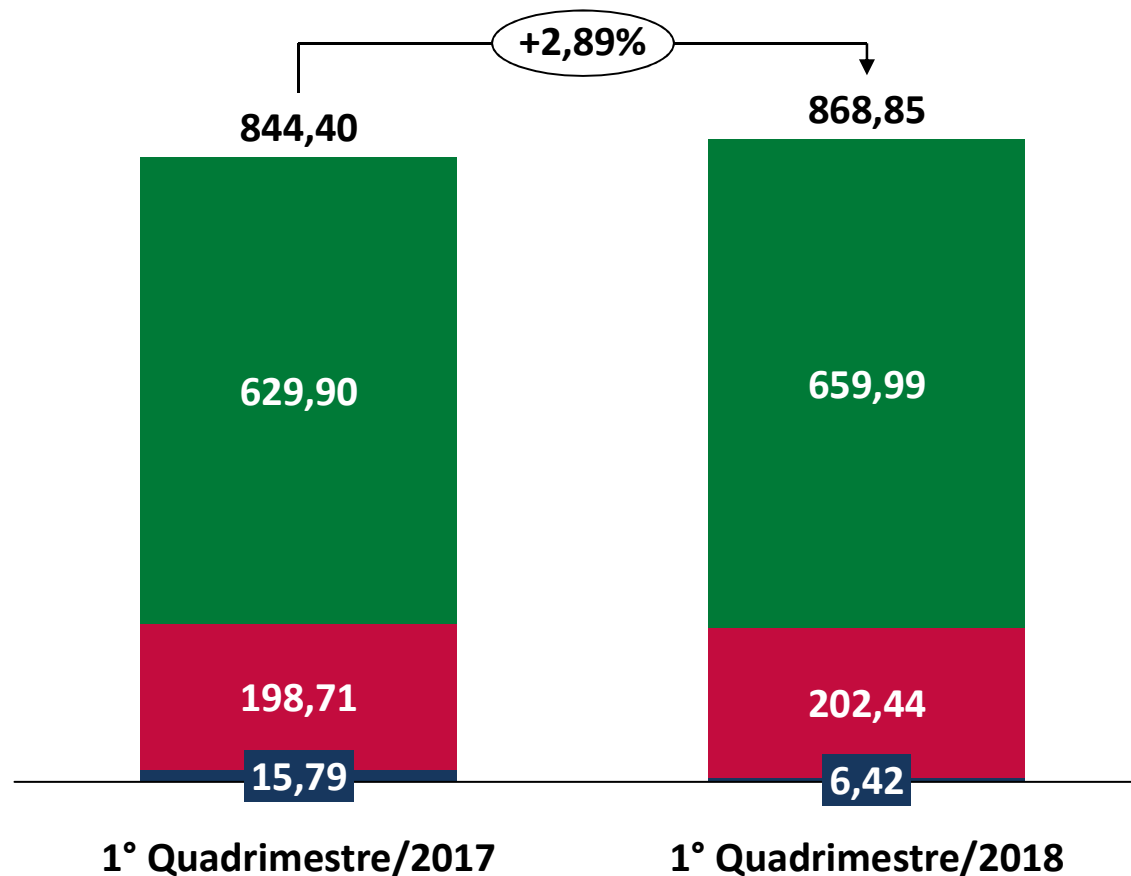


•Constituição Federal 12%

•**Constituição Estadual 13% (2017) e 14% (2018)**

APLICAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

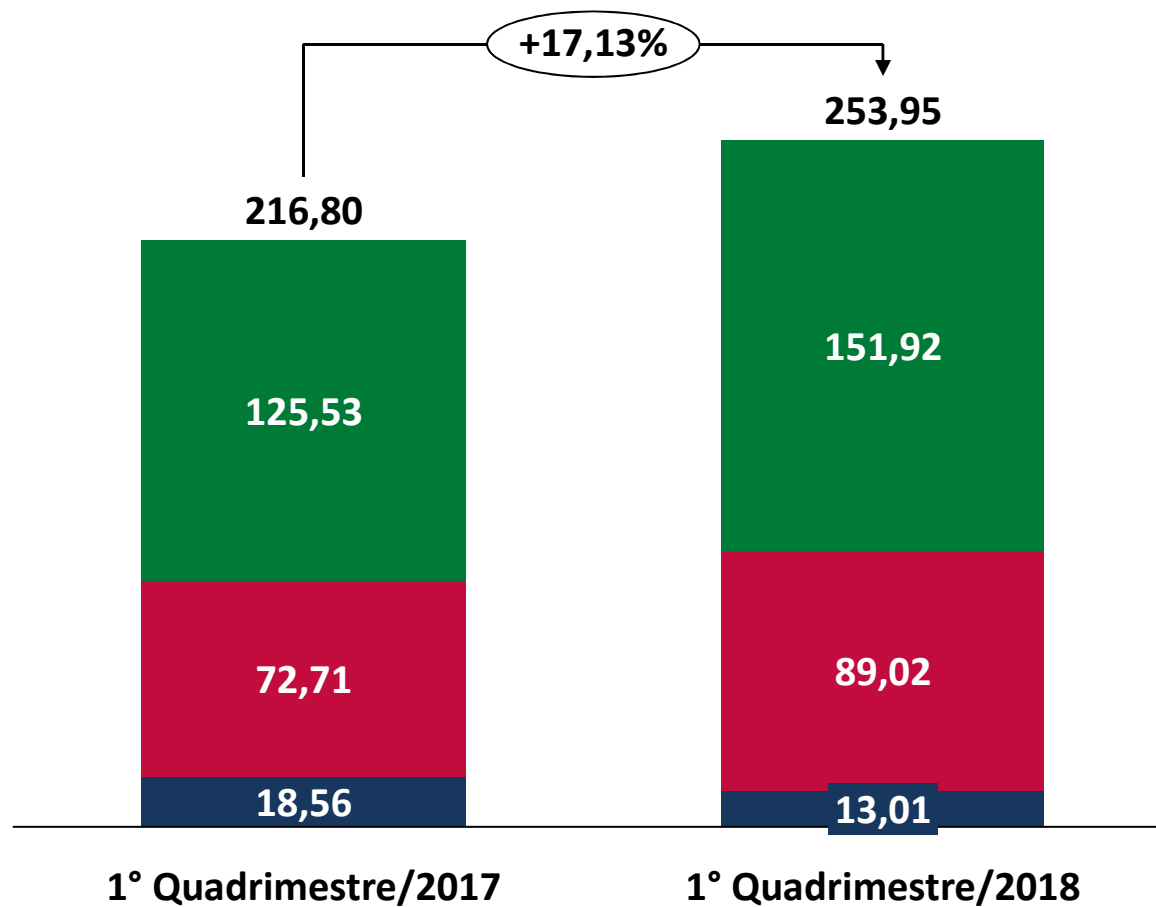
Milhões R\$



■ Pessoal Ativo ■ Manutenção dos Serviços Públicos ■ Investimentos

APLICAÇÃO NA JUSTIÇA E CIDADANIA

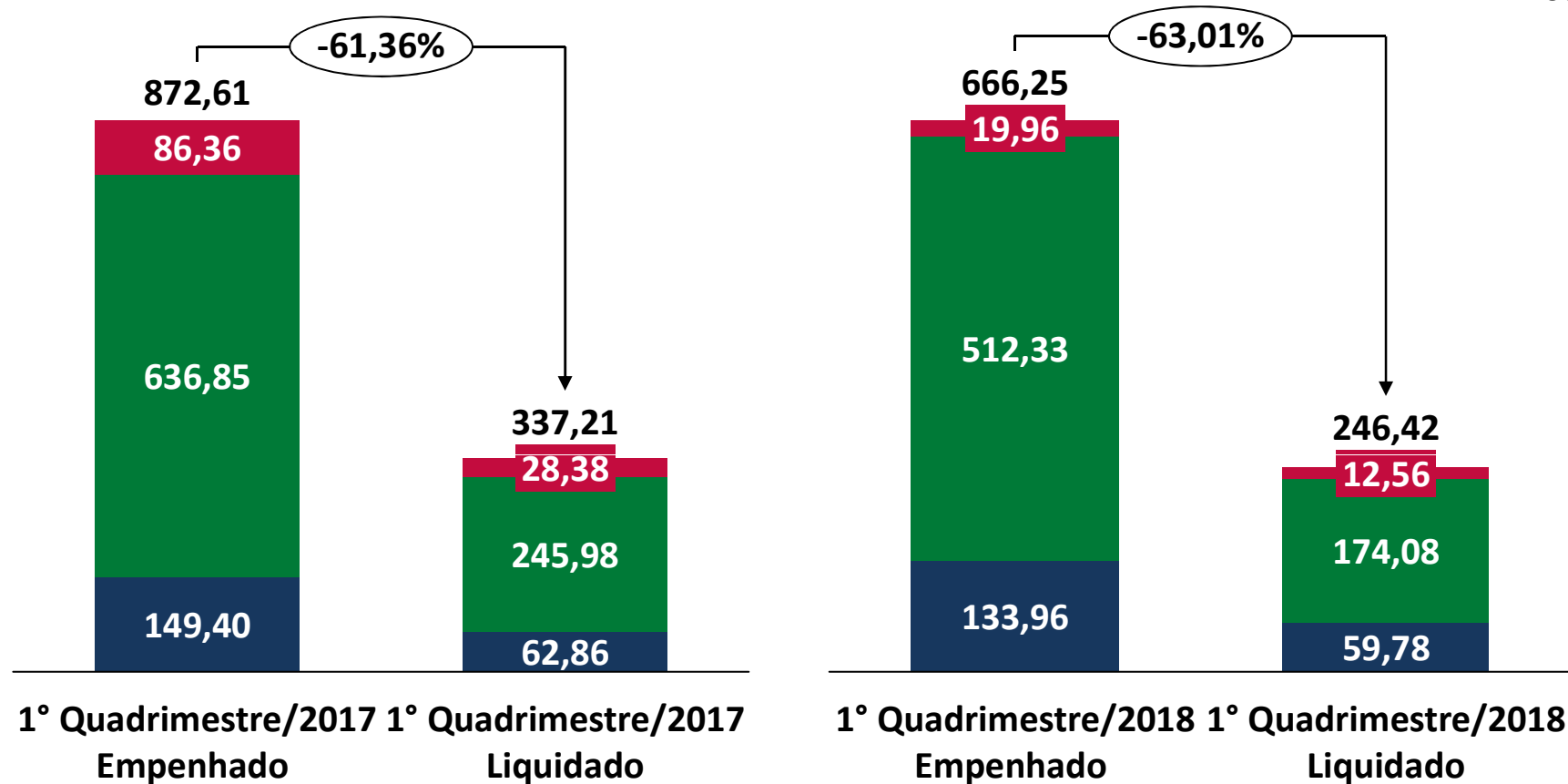
Milhões R\$



■ Pessoal Ativo ■ Manutenção dos Serviços Públicos ■ Investimentos

INVESTIMENTOS

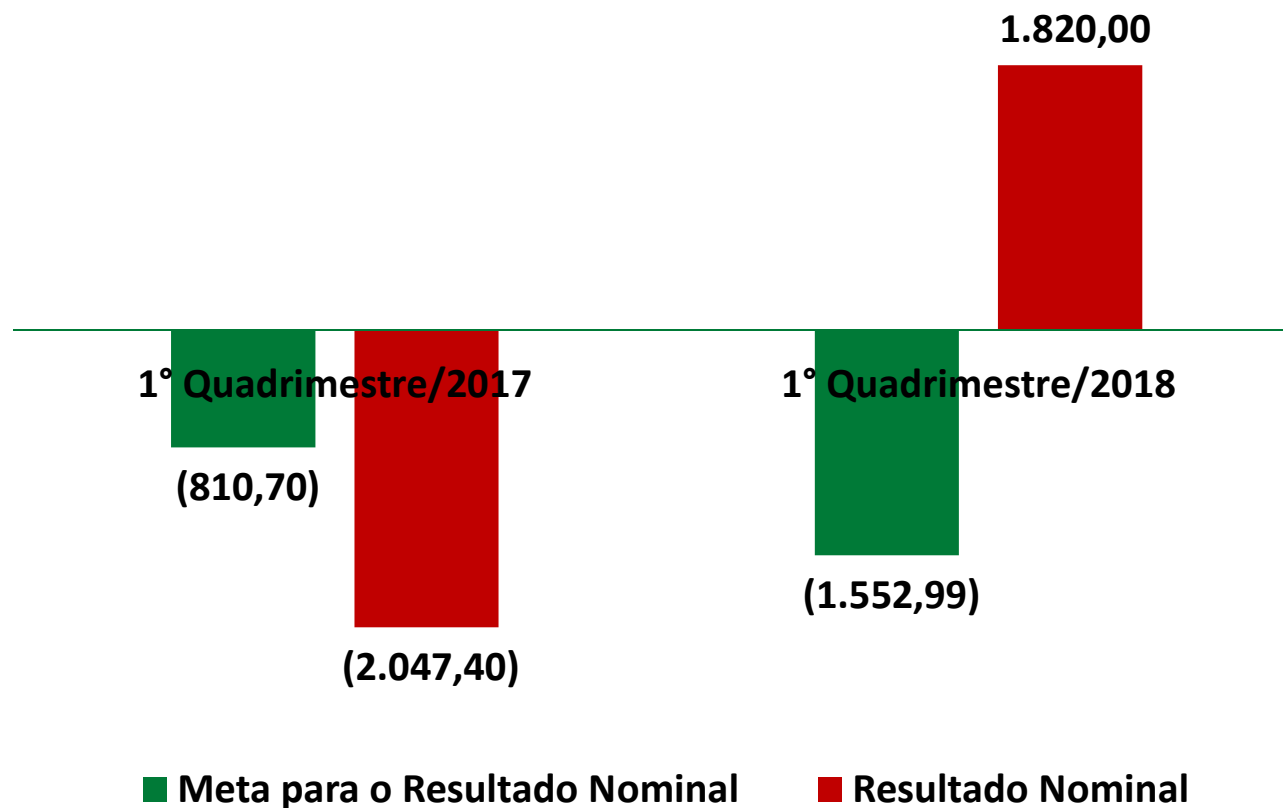
Milhões R\$



■ Recurso Ordinário ■ Pacto ■ Outras Fontes

RESULTADO NOMINAL

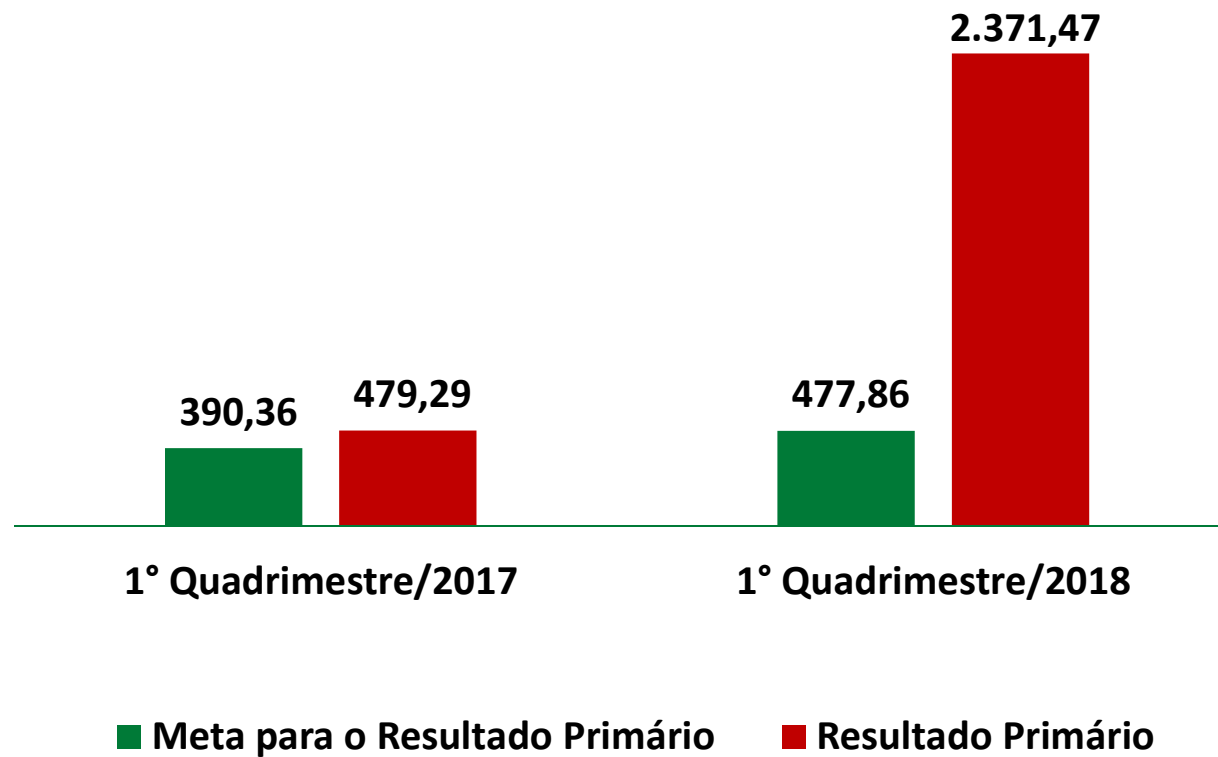
Milhões R\$



*Alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

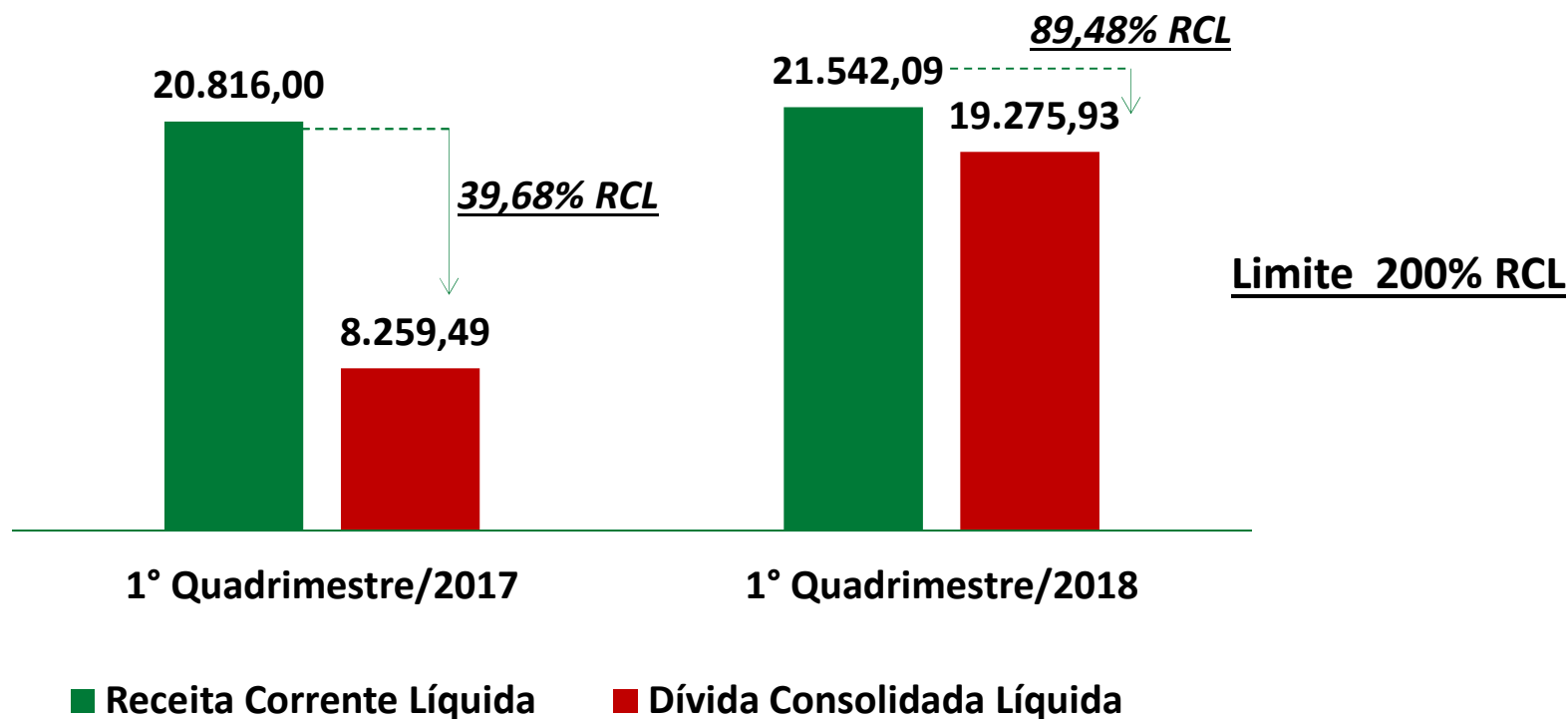
RESULTADO PRIMÁRIO

Milhões R\$



DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

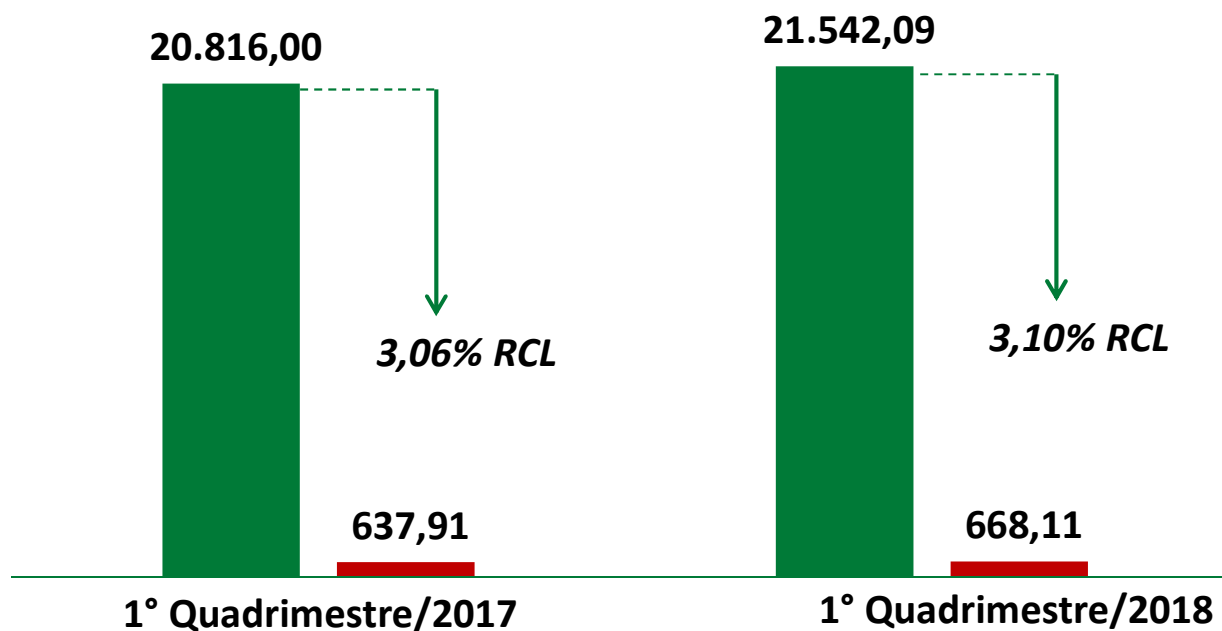
Milhões R\$



*Alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Milhões R\$

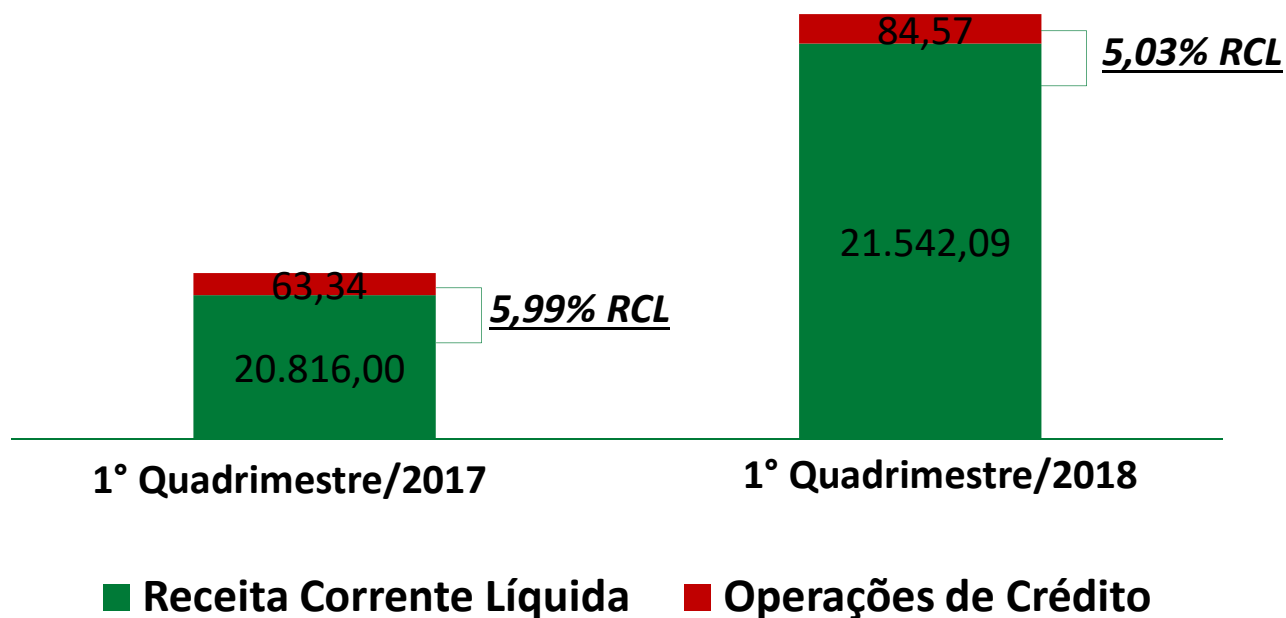


■ Receita Corrente Líquida ■ Garantias e Contragarantias

Limite 22% RCL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Milhões R\$



Limite 16% RCL

* Nas operações de crédito de 2017 não está considerado o saque de depósitos judiciais de R\$ 0,5 bi para pagamento de precatórios.

Cenário 2018

META MODERADA = 7,13%

SUPER META = 9,14%

GRUPOS ESPECIALISTAS SETORIAIS - GES

Grupo Especialista-GES	2015	%	2016	%	2017	%	Média (2015/2017)	META	SUPER META	Arrecadação Esperada (META)	Arrecadação Esperada (SUPER META)
GESAC	92.820.006	19%	108.088.692	16%	124.631.641	15%	16,64%	8,00%	12,00%	134.602.172	139.587.438
GESAGRO	355.302.459	19%	403.014.681	13%	463.248.786	17%	16,38%	8,00%	10,11%	500.308.688	510.073.973
GESAUTO	972.088.090	-5%	958.175.839	-1%	1.092.218.066	13%	2,18%	8,00%	10,11%	1.179.595.511	1.202.619.468
GESBEBIDAS	1.156.400.125	6%	1.315.677.208	14%	1.471.527.784	12%	10,75%	8,00%	10,11%	1.589.250.006	1.620.269.812
GESCOL	3.320.117.119	5%	3.601.637.456	8%	3.809.907.021	6%	6,37%	7,00%	8,84%	4.076.600.513	4.146.874.248
GESCOM	1.175.948.052	-3%	1.189.815.518	1%	1.211.367.101	6%	1,18%	7,00%	8,84%	1.296.162.798	1.318.506.464
GESED	357.443.318	-8%	383.706.846	7%	469.055.680	24%	7,94%	6,34%	8,01%	498.793.810	506.629.808
GESENE	2.380.704.223	37%	2.531.544.217	6%	2.423.622.376	-6%	12,35%	6,34%	9,00%	2.577.280.035	2.641.748.390
GESMAC	1.292.522.406	-3%	1.231.933.130	-5%	1.370.128.159	11%	1,09%	7,00%	8,40%	1.466.037.130	1.485.218.924
GESMED	820.475.856	8%	940.531.216	15%	1.057.454.789	12%	11,59%	8,00%	10,11%	1.142.051.172	1.164.342.319
GESMETAL	739.421.384	-14%	681.307.654	-8%	687.194.377	1%	-7,00%	6,34%	8,01%	730.762.501	742.242.701
GESREDES	545.809.713	-8%	588.298.662	8%	682.010.476	16%	5,42%	7,00%	8,84%	729.751.209	742.330.893
GESSUPER	1.309.840.729	26%	1.312.309.451	0%	1.518.846.579	16%	14,11%	7,00%	9,00%	1.625.165.840	1.655.542.772
GESTEX	762.901.292	-3%	763.180.061	0%	977.033.088	29%	8,49%	7,00%	8,84%	1.045.425.404	1.063.446.779
GESTRAN	502.008.670	0%	468.721.185	-7%	525.189.549	12%	1,79%	8,00%	10,11%	567.204.713	578.275.708
TOTAL - GES	15.783.803.441	6,13%	16.477.941.817	4,40%	17.883.435.472	8,53%	6,35%	7,13%	9,14%	19.158.991.503	19.517.709.696

GRUPOS ESPECIALISTAS SETORIAIS - GES

Período	Arrecadação Efetiva x Esperada Mês a Mês			
	Arrecadação Esperada	Arrecadação Efetiva	Excesso/Falta em Relação ao Valor Esperado	Varição em Relação ao Esperado
Janeiro	1.761.691.152	1.741.053.059	(20.638.093)	-1,17%
Fevereiro	1.572.477.676	1.549.378.697	(23.098.979)	-1,47%
Março	1.560.849.114	1.522.234.643	(38.614.471)	-2,47%
Abril	1.680.274.698	1.609.532.146	(70.742.552)	-4,21%
Maiο	1.581.858.730	-	-	0,00%
Junho	1.578.167.585	-	-	0,00%
Julho	1.558.746.968	-	-	0,00%
Agosto	1.606.503.487	-	-	0,00%
Setembro	1.662.097.263	-	-	0,00%
Outubro	1.671.781.907	-	-	0,00%
Novembro	1.666.368.706	-	-	0,00%
Dezembro	1.807.933.436	-	-	0,00%
Total	19.708.750.721	6.422.198.545	(153.094.095)	

GRUPOS ESPECIALISTAS ITCMD - GEITCMD

Período	Arrecadação Efetiva x Esperada Mês a Mês				Arrecadação Efetiva x Esperada Acumulado			
	Arrecadação Esperada	Arrecadação Efetiva	Excesso/Falta em Relação ao Valor Esperado	Varição em Relação ao Esperado	Arrecadação Esperada	Arrecadação Efetiva	Excesso/Falta em Relação ao Valor Esperado	Varição em Relação ao Esperado
Janeiro	18.429.404,69	22.401.836,81	3.972.432	21,55%	18.429.405	22.401.837	3.972.432	21,55%
Fevereiro	16.437.968,53	22.104.868,54	5.666.900	34,47%	34.867.373	44.506.705	9.639.332	27,65%
Março	24.785.435,08	21.304.967,73	(3.480.467)	-14,04%	59.652.808	65.811.673	6.158.865	10,32%
Abril	20.718.131,57	22.887.138,93	2.169.007	10,47%	80.370.940	88.698.812	8.327.872	10,36%
Maio	24.010.377,08				104.381.317	-	-	0,00%
Junho	26.490.691,56				130.872.009	-	-	0,00%
Julho	34.127.786,49				164.999.795	-	-	0,00%
Agosto	26.653.843,76				191.653.639	-	-	0,00%
Setembro	34.486.215,20				226.139.854	-	-	0,00%
Outubro	26.857.344,69				252.997.199	-	-	0,00%
Novembro	26.755.597,42				279.752.796	-	-	0,00%
Dezembro	32.179.101,13				311.931.897	-	-	0,00%

GRUPO DE TRABALHO IPVA

Evolução da Arrecadação do IPVA em 2018

Período	Arrecadação Mês a Mês				Arrecadação Acumulada até o Mês			
	Arrecadação 2017	Arrecadação 2018	Incremento em Reais	Incremento Percentual	Arrecadação 2017	Arrecadação 2018	Incremento em Reais	Incremento Percentual
Janeiro	97.140.492,90	111.634.989,19	14.494.496	14,92%	97.140.493	111.634.989	14.494.496	14,92%
Fevereiro	94.461.159,30	123.590.658,68	29.129.499	30,84%	191.601.652	235.225.648	43.623.996	22,77%
Março	160.564.464,74	146.605.678,87	(13.958.786)	-8,69%	352.166.117	381.831.327	29.665.210	8,42%
Abril	128.761.832,92	177.565.046,09	48.803.213	37,90%	480.927.950	559.396.373	78.468.423	16,32%
Maio	170.506.462,76	0,00	-	0,00%	651.434.413	-	-	0,00%
Junho	154.385.639,92	0,00	-	0,00%	805.820.053	-	-	0,00%
Julho	157.563.765,28	0,00	-	0,00%	963.383.818	-	-	0,00%
Agosto	155.650.732,92	0,00	-	0,00%	1.119.034.551	-	-	0,00%
Setembro	134.759.465,57	0,00	-	0,00%	1.253.794.016	-	-	0,00%
Outubro	162.113.801,65	0,00	-	0,00%	1.415.907.818	-	-	0,00%
Novembro	87.178.454,39	0,00	-	0,00%	1.503.086.272	-	-	0,00%
Dezembro	63.985.816,36	0,00	-	0,00%	1.567.072.089	-	-	0,00%
Total	1.567.072.089	559.396.373	78.468.423					

RESUMO META MODERADA DA RECEITA

Período	Arrecadação Tributária - META 7,13%			
	Arrecadação 2017	Arrecadação 2018	Incremento em Reais	Incremento Percentual
ICMS - GES	17.883.435.472	19.158.991.503	1.275.556.031	7,13%
ICMS - GRAF	1.601.486.112	1.715.713.900	114.227.788	7,13%
ITCMD	285.835.148	306.215.194	20.380.046	7,13%
IPVA	1.567.072.088	1.678.804.327	111.732.239	7,13%
Total	21.337.828.820	22.859.724.924	1.521.896.104	

RESUMO SUPER META DA RECEITA

Período	Arrecadação Tributária - META 9,14%			
	Arrecadação 2017	Arrecadação 2018	Incremento em Reais	Incremento Percentual
ICMS - GES	17.883.435.472	19.517.709.696	1.634.274.224	9,14%
ICMS - GRAF	1.601.486.112	1.747.837.605	146.351.493	9,14%
ITCMD	285.835.148	311.960.480	26.125.332	9,14%
IPVA	1.567.072.088	1.710.302.495	143.230.407	9,14%
Total	21.337.828.820	23.287.810.276	1.949.981.456	

TETO DE GASTOS

Lei Complementar Federal nº 156/2016 e Lei Estadual nº 17.325/2017 estabeleceram teto para as Despesas Primárias Correntes do Governo do Estado para os exercícios de 2018 e 2019.

Benefícios para o Estado, LC 156/2016:

- Alongamento da dívida contratada por mais 240 meses;
- Redução da parcela mensal da dívida (amortização e encargos) no período de julho/2016 a junho 2018.

Economia estimada em 2,28 Bi para os serviços da dívida.

TETO DE GASTOS

Despesas Primárias Correntes = empenhos de 2017, atualizados pela variação do IPCA.

Poder/Órgão	Despesas Primárias Correntes	
	1 - Despesas Empenhadas - 2017	2 - Teto de Gastos - 2018
Executivo	R\$ 18,789	R\$ 19,443
Judiciário	R\$ 2,041	R\$ 2,112
Assembleia Legislativa	R\$ 0,455	R\$ 0,470
Tribunal de Contas	R\$ 0,193	R\$ 0,199
Ministério Público	R\$ 0,630	R\$ 0,652
Total	R\$ 22,107	R\$ 22,877

Decreto nº 1503/2018 – Desativação de 15 Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs):

Itapiranga	Caçador	Brusque
Dionísio Cerqueira	Ituporanga	Laguna
Palmitos	Taió	Braço do Norte
Quilombo	Ibirama	Canoinhas
Seara	Timbó	São Joaquim

Decreto nº 1504/2018 – Desativação de 4 Secretarias Executivas:

Secretaria Executiva de Articulação Estadual;
Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados;
Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais; e
Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos.

- Decreto nº 1537 – extinguiu 148 cargos em comissão e 30 funções gratificadas das ADRs e Secretarias Executivas;

Economia esperada com a desativação das ADRs e AGEs:

- R\$ 15 milhões de despesas com folha de pagamento dos comissionados; e
- R\$ 30 milhões com despesas de manutenção dos serviços públicos.

Total estimado: R\$ 45 milhões até o final de 2018.

- 30/04 – anúncio da exoneração de 180 comissionados das ADRs e suspensão de 165 funções gratificadas da SEF.
- Suspensão de reposição salarial e concessão de novos aumentos;
- Eventuais aumentos de receitas não podem ser utilizados para empenhamento de despesas primárias;
- Grupo de Trabalho de Avaliação do Teto dos Gastos: Diretoria do Planejamento Orçamentário;

	1º Quad.	2º Quad.
Dívida	413.496.347	683.499.000
Fonte 0100	339.046.503	560.430.000
Demais Fontes	74.449.843	123.069.000

Folha	4.576.086.784	4.765.070.000
Fonte 0100	3.211.925.149	3.344.570.000
Demais Fontes	1.364.161.635	1.420.500.000

Custeio & Investimento	3.244.343.994	1.910.637.580
Fonte 0100	899.043.600	776.939.765
Demais Fontes	2.345.300.394	1.133.697.815

Repasse aos Poderes	1.199.141.279	1.217.110.000
Fonte 0100	1.176.599.936	1.194.240.000
Demais Fontes	22.541.344	22.870.000

SOMA	9.433.068.404	8.576.316.580
Fonte 0100	5.626.615.188	5.876.179.765
Demais Fontes	3.806.453.216	2.700.136.815

DESTINAÇÃO DE RECURSOS – ESTIMATIVA 2018

Valores Projetados [Poder Executivo, R\$, 31/12/2018]

Bilhões R\$

Recursos do Tesouro [0100, 0111, 0131, 0161, 0162, 0180, 0309, 0397]

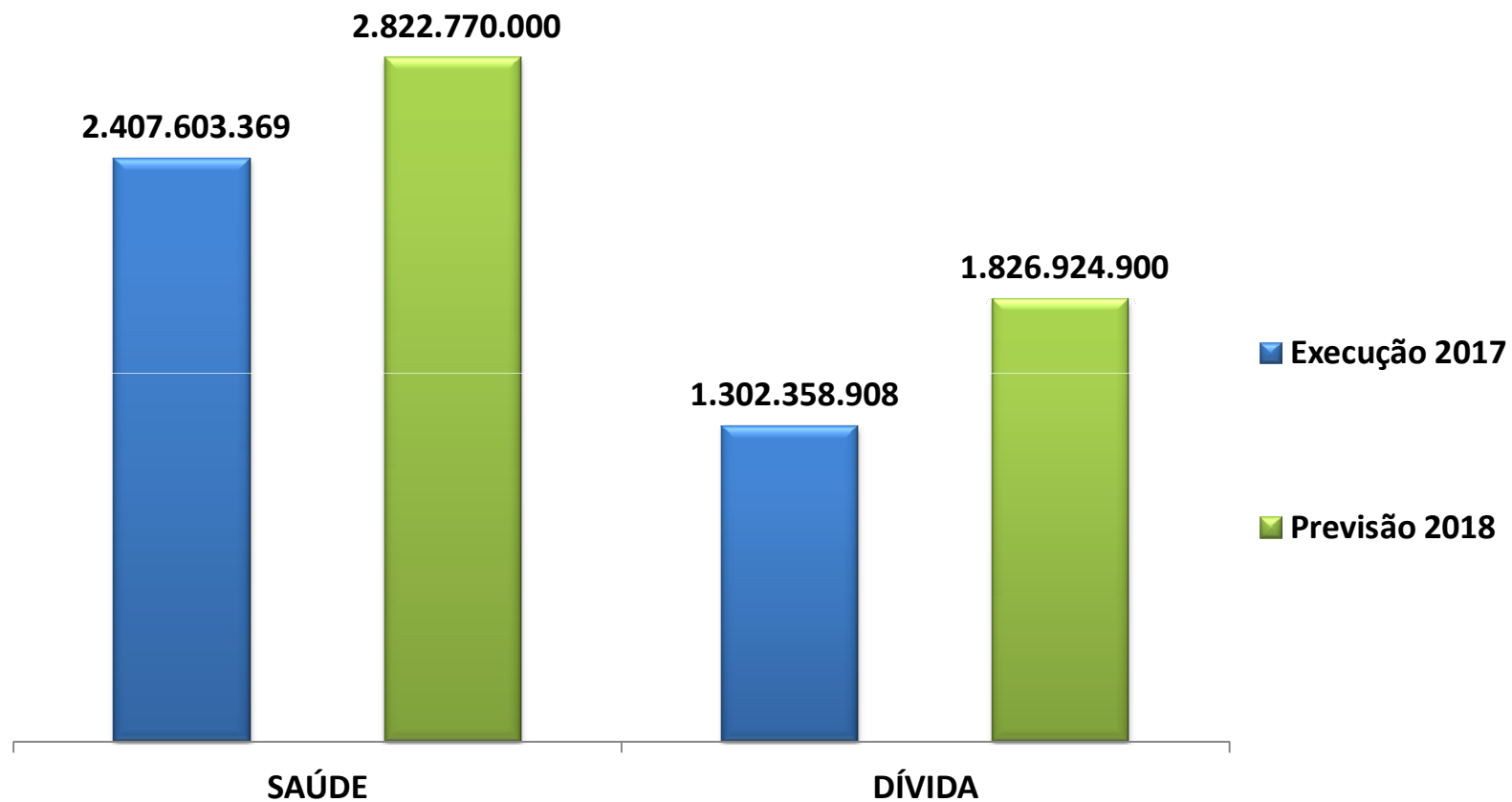
RECEITAS	
ICMS	12.160.280.000
Imposto de Renda	1.563.800.000
IPVA	703.040.000
Fundo de Participação dos Estados	923.970.000
IPI	204.000.000
Lei Kandir	41.710.000
ITCMD	256.550.000
Desvinculação de Receitas	263.570.000
Taxas	559.523.050
FUNDEB (Educação)	2.286.967.840
Fundo Social + SEITEC	220.790.214
Demais Receitas Tesouro	488.608.896
Saldo 31/12/2017	141.147.610
Soma	19.813.957.610

DESPESAS	
Restos 2017	-515.890.000
Poderes	-3.507.440.000
Folha	-9.619.490.000
Dívida	-1.826.924.900
Saúde (exceto Folha)	-1.548.310.000
Educação (exceto Folha)	-1.825.740.000
Fundo Social + SEITEC	-132.161.924
Custeio + Investimento	-1.977.368.076
Soma	-20.953.324.900

TOTAL	-1.139.367.290
--------------	-----------------------

Despesas não Empenhadas 2017	-351.824.803
SALDO FINAL Previsto em 31/12/2018	-1.491.192.093

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS



DESEMBOLSO DA DÍVIDA INTERNA

CONTRATOS	Total AMORTIZAÇÃO (R\$)	Total JUROS (R\$)	Total ENCARGOS (R\$)	Total SERVIÇO (R\$)
LEI 8727	3.799.661,28	231.671,28	10.913,27	4.042.245,83
LEI 9496/151	197.639.935,56	399.415.653,10	1.694.344,60	598.749.933,27
DMLP	-	2.512.349,86	111.586,47	2.623.936,33
PEF I	6.055.883,98	265.583,53	-	6.321.467,51
PEF II	808.509,28	1.425.711,34	-	2.234.220,62
CASAN	12.649.209,40	6.042.174,86	-	18.691.384,26
SIST. JOINVILLE	5.594.897,52	1.565.222,86	-	7.160.120,38
CAMINHOS DESENV.	16.082.394,75	28.693.152,27	-	44.775.547,02
PMAE GESTÃO	2.001.971,45	304.481,47	-	2.306.452,92
ACELERA SC	-	202.494.935,94	-	202.494.935,94
PROD E PREV DES NAT	43.094.726,40	67.715.782,42	11.949.843,94	122.760.352,76
PACTO POR SC	61.290.322,58	185.025.800,00	4.741.395,56	217.253.958,14
INTERNA Total	349.017.512,20	895.692.518,93	18.508.083,84	1.229.414.554,98

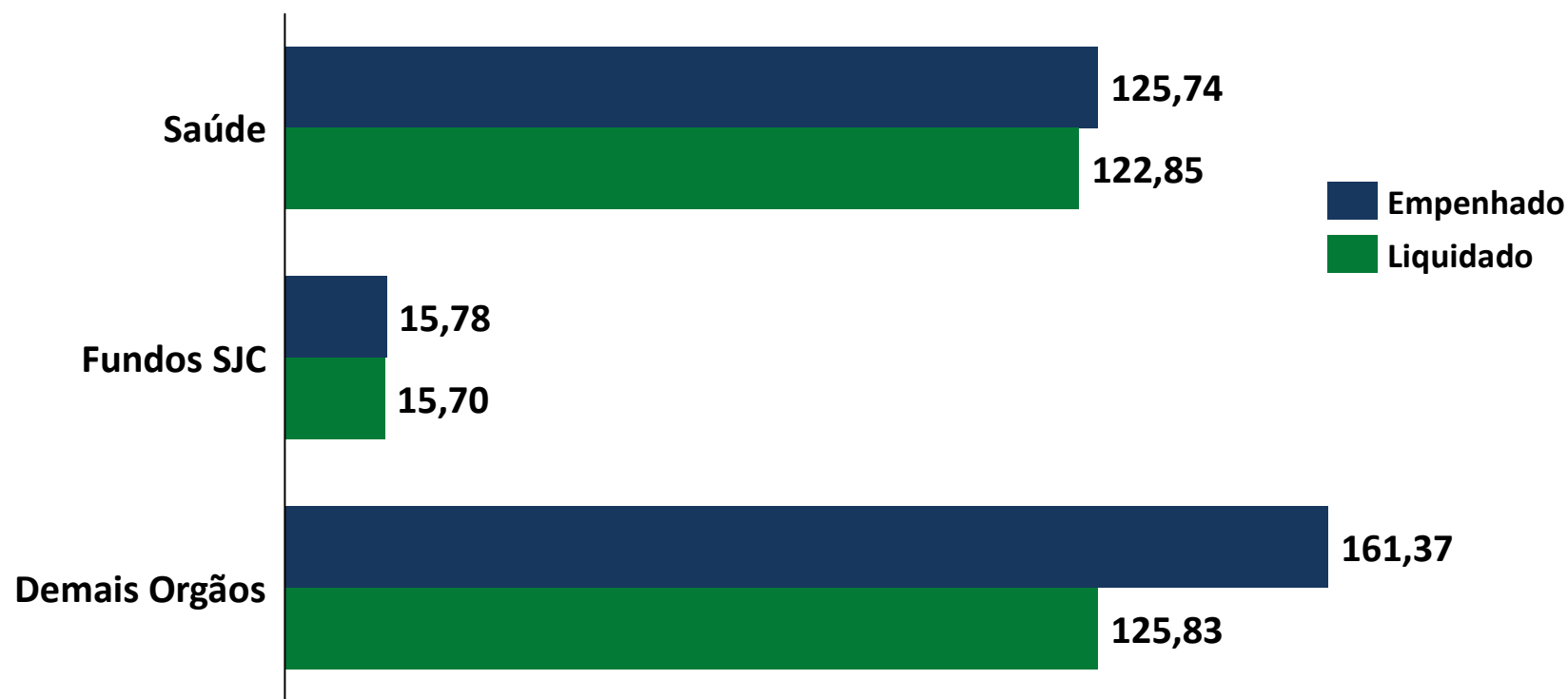
DESEMBOLSO DA DÍVIDA EXTERNA

CONTRATOS	Total AMORTIZAÇÃO (R\$)	Total JUROS (R\$)	Total ENCARGOS (R\$)	Total SERVIÇO (R\$)
BID RODOVIAS IV	41.652.236,52	5.748.219,77	239,88	47.400.696,17
BID RODOVIAS V	8.044.318,21	3.578.605,49	239,88	11.623.163,58
BID PROFISCO	6.368.720,14	2.059.480,77	239,88	8.428.440,79
CAF PIR I	10.292.767,72	3.085.963,84	239,88	13.378.971,44
BIRD SC RURAL	-	6.701.541,11	179,91	6.701.721,02
REFIN. RESÍDUO LEI 9496	308.089.697,24	70.481.397,83	12.438.212,11	391.009.307,18
BID RODOVIAS VI	40.952.586,11	18.338.525,38	839.605,63	60.130.717,12
CAF PROVIAS	12.704.519,67	4.780.156,38	159.374,94	17.644.050,99
EXTERNA Total	428.104.845,61	114.773.890,57	13.438.332,11	556.317.068,29

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXECUTIVO

Milhões R\$

1º Quadrimestre/2018



RESTOS A PAGAR

Milhões R\$

1º Quadrimestre/2018

Executivo

Restos a Pagar	Inscritos em 2017	Pagos	Cancelados	A Pagar
Processados	344,68	206,94	0,64	137,11
Não Processados	606,93	304,57	279,14	22,75
TOTAL	951,62	511,50	279,78	159,86

Consolidado

Restos a Pagar	Inscritos	Pagos	Cancelados	A Pagar
Processados	404,56	266,79	0,64	137,12
Não Processados	673,89	337,05	309,71	22,76
TOTAL	1.078,45	603,85	310,35	159,88



GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Fazenda



@fazendasc



fazendasc



@fazenda_sc